

REGALIA / Mesmo reeleitos pelo Distrito Federal, três deputados receberam o benefício para se instalar na capital do país

# 39 mil de ajuda para mudança

» KELLY HEKALLY  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Os três deputados federais que se reelegeram em 2022 pelo Distrito Federal receberam, este ano, a ajuda de custo entregue pela Câmara para despesas de fim e começo de mandato. Embora com nova nomenclatura, a ajuda de custo substituiu o benefício anterior, denominado auxílio-mudança, extinto por ato da Mesa Diretora em 2020. O documento mirou reeleitos, mas não suspendeu, de fato, o pagamento do adicional. O motivo é simples, a nova verba tem a mesma função do penduricalho anterior. “O benefício é pago ao parlamentar no início e no fim do mandato para compensar as despesas com mudança e transporte, e equivale ao valor mensal da remuneração”, explica o site da Casa.

No total, 57% dos 513 deputados da atual legislatura foram reeleitos. Na prática, a continuidade do auxílio-mudança, oficialmente ajuda de custo, foi legitimada por duas decisões: a de 2020 e a de 2022. Esta aponta que é “devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio” e prevê que compete aos respectivos órgãos a regulação do benefício, a ser pago com “dotações orçamentárias próprias”. O recurso individual tem o valor bruto de aproximadamente R\$ 39,3 mil, para cada congressista da Casa. Com a dedução do Imposto de Renda (IR), o total cai para cerca de R\$ 28,5 mil. Como o valor é o mesmo do salário do deputado, ao final de 2026, a ajuda de custo, bruta, vai superar R\$ 46,3 mil, salário do deputado em 1º de fevereiro de 2025.

No DF, Bia Kicis (PL), Erika Kokay (PT) e Julio Cesar Ribeiro (Republicanos) embolsaram o benefício, embora tenham sido reeleitos. O recurso, automático e pago no primeiro e no último salário do mandato, pode ser devolvido ou doado. Os gabinetes de Bia Kicis, Erika Kokay e Julio Cesar foram procurados pelo Correio para que esclarecessem o uso da segunda ajuda de custo, já que, em tese, moram no DF e não precisam realizar mudança para exercer suas atividades legislativas. A equipe da deputada do PL não deu retorno até o fechamento desta edição. A deputista informou que o valor foi dividido em partes iguais e doado às instituições Creche São Vicente de Paula e Associação Social e Cultural E-ducar.

A ajuda de custo imediatamente anterior, bem como a

Antônio Cruz/Agência Brasil



Em 2020, o auxílio-mudança foi extinto dando lugar a um novo benefício, a ajuda de custo. Embora com nova nomenclatura, finalidade da verba paga aos parlamentares é a mesma



**O benefício é pago ao parlamentar no início e no fim do mandato para compensar as despesas com mudança e transporte, e equivale ao valor mensal da remuneração**

Portal da Câmara dos Deputados

recebida no começo de 2019, ainda como auxílio-mudança, também foram doadas, informou o gabinete da parlamentar. No caso do deputado do Republicanos, além dos recebimentos confirmados à reportagem por sua equipe, há o acúmulo do apartamento funcional que está, segundo o site da Câmara, em seu nome, embora Julio Cesar esteja licenciado do mandato para exercer o cargo de secretário de Esportes no DF. O prazo para a entrega do apartamento termina no próximo dia 7. Procurado

por telefone para informar se está utilizando, de fato, a unidade e quando irá devolvê-la, o gestor não atendeu. Sobre a ajuda de custo, a assessoria se comprometeu a dar retorno, entretanto não o fez, também até o fechamento desta reportagem.

## Imóveis funcionais

Ato em vigência, assinado pela quarta secretaria, impõe as regras de uso dos apartamentos funcionais e afirma explicitamente que o deputado “responsável pelo imóvel, ao deixar de exercer efetivamente o mandato, deverá devolvê-lo à Coordenação de Habitação da Câmara dos Deputados, no prazo de 30 (trinta) dias”. Todos os 513 parlamentares da Casa têm o direito de pleitear imóveis funcionais. A quantidade, porém, de 432 unidades, está abaixo do necessário. Aos que não foram agraciados, é concedido o auxílio-moradia de até R\$ 4.253. O ato de 2020 também retirou dos eleitos pelo DF a ajuda de custo, porém, como o pagamento é automático, o dinheiro foi repassado aos outros cinco deputados, embora o decreto de 2022 não tenha informado que revogou o ato da presidência da Câmara de 2020.

## Verbas adicionais

As despesas com deputados se estendem do salário a diárias de viagens internacionais, para além da ajuda de custo.

### \*Salários pagos entre 2023 e 2025 a membros do Congresso Nacional

R\$ 39.293,32 a partir de 1º de janeiro de 2023  
R\$ 41.650,92 a partir de 1º de abril de 2023  
R\$ 44.008,52 a partir de 1º de fevereiro de 2024  
R\$ 46.366,19 a partir de 1º de fevereiro de 2025

### \*Apartamentos funcionais

A Câmara dos Deputados tem 432 apartamentos, localizados na 302 Norte (nove blocos); 202 Norte (quatro blocos); 311 Sul (três blocos); e 111 Sul (dois blocos). O parlamentar deve estar em efetivo exercício do mandato para ter direito ao apartamento funcional.

### \*Auxílio-moradia

O auxílio-moradia é pago a parlamentares não contemplados com imóvel funcional. O valor é de até R\$ 4.253 e poderá ser creditado em espécie, sujeito a desconto de IR, ou por reembolso de despesa. Em 2023, o gasto de todos os deputados com auxílio-moradia foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão.

### \*Cota

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap) custeia as despesas do mandato, como passagens aéreas e conta de celular. Algumas são

reembolsadas, como as despesas com os Correios, e outras são pagas por débito automático, como a compra de passagens. Em 2023, o gasto de todos os deputados com cota foi de pouco mais de R\$ 13 milhões. O valor mensal atual da cota por UF é de R\$ 36.582,46.

### \*Verba de gabinete

Cada deputado tem R\$ 118.376,13 por mês para pagar salários de até 25 secretários parlamentares, que trabalham para o mandato em Brasília ou nos estados. Eles são contratados diretamente pelos deputados, com salários de R\$ 1.408,11 a R\$ 16.640,22. Encargos trabalhistas como 13º, férias e auxílio-alimentação dos secretários parlamentares não são cobertos pela verba de gabinete, e sim com recursos da Câmara. Em 2023, o gasto de todos os deputados com verba de gabinete foi de cerca de R\$ 49,5 milhões.

### \*Viagens oficiais

O deputado tem direito a receber diárias quando viaja em missão oficial. Em deslocamentos nacionais, o valor é de R\$ 524, já nas viagens internacionais, é de US\$ 391 para países da América do Sul e de US\$ 428 para outros países. Em 2023, o gasto de todos os deputados com viagens oficiais foi de R\$ 525,5 mil, aproximadamente.



ROBERTO BRANT

**“O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS É O BAIXO CRESCIMENTO, QUE ESTÁ SE TORNANDO UM TRAÇO PERMANENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA”**

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

## Uma viagem ainda sem destino

Depois de quase três meses da posse ninguém sabe exatamente para onde vai nos levar o governo Lula. Afora algumas iniciativas simbólicas no caminho certo, principalmente no campo da cultura e dos valores humanos, não há qualquer indício de que metas o governo pretende alcançar no campo econômico e no campo social, salvo algumas generalidades sem a devida consistência.

Em praticamente nenhuma área é possível detectar sinais de que grandes planos estão em preparação e que, em breve, o país será surpreendido com bons projetos e iniciativas destinadas a enfrentar com realismo e efetividade os infinitos problemas do país. É preciso ressaltar, por dever de justiça, que o Ministério da Fazenda não merece ser nivelado ao restante do governo, pois parece que está tra-

tando de construir um arcabouço fiscal que concilie a necessidade de investimentos públicos e a solvência de longo prazo da dívida. Se vai chegar a um bom termo ainda é difícil saber, pois terá que resistir à levandade do seu partido e à impaciência do próprio presidente.

O principal problema do país é o baixo crescimento, que está se tornando um traço permanente da economia brasileira. Esta situação é incompreensível dado que temos abundância de recursos reais e não sofremos nenhuma limitação externa, como aconteceu durante todo o nosso passado. Nenhum país do mundo, talvez com exceção dos Estados Unidos, desenvolveu-se sem a liderança do Estado. A única resposta razoável ao enigma da nossa pobreza é o mal funcionamento da política. Por isto, parece claro que precisaríamos

de liderança política de alta qualidade para inspirar os consensos necessários e guiar o processo.

Neste sentido, a discussão sobre os juros da dívida e a necessidade de um espaço fiscal para investimentos que elevem a produtividade da economia tem toda a razão de ser neste momento. No entanto, a forma desastrosa e contraproducente como vem sendo tratada a questão pelo presidente Lula e pelo seu partido é incompreensível. Esta é uma questão de fundo e não um motivo de bate-boca. O método escolhido apenas gera instabilidade nos mercados e não resolve nada.

Os juros no Brasil estão fora do lugar, não só agora, mas há muito tempo. Utilizando dados oficiais do FMI podemos verificar de que maneira nesta matéria o Brasil é um ponto fora da curva.

Entre 2012 e 2019 o déficit público nos países ricos foi em média 3,2% ao ano, do qual 50% resultaram de excesso de gastos em relação à receita e 50% devido aos juros da dívida pública. Nos países emergentes como o nosso, o déficit médio foi de 3,3%, sendo 55% por excesso de gastos e 45% devido aos juros. No Brasil as coisas foram totalmente diferentes: nosso déficit médio foi de 6,7%, resultado de um déficit primário de 0,7% ao ano e 5,7% dos juros da dívida. Não chegamos onde chegamos por excesso de gastos, mas por excesso de juros.

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia a autoridade monetária tem autonomia, mas as políticas fiscal e monetária dialogam entre si, pois do contrário teríamos duas forças em sentido contrário paralisando a economia e os negócios, o que seria um absurdo. Teremos que fazer o mesmo aqui, pois nosso desequilíbrio fiscal decor-

re fundamentalmente do custo da dívida e não será resolvido somente com redução de gastos, até mesmo porque os únicos gastos que acabamos cortando são os investimentos públicos, que estão próximos de zero.

Este diálogo não é conversa de botequim ou discurso eleitoral. É um diálogo com os setores da sociedade numa busca ordenada de pontos em comum visando construir credibilidade. Um governo no qual se confia e que apresenta uma proposta de trajetória de longo prazo viável, pode começar aumentando a dívida para criar crescimento e na sequência, com mais renda e recursos fiscais, reverter a tendência.

O governo Lula visivelmente não tem maioria na sociedade e não vai controlar o Congresso automaticamente. Sua única saída não será o grito, mas sim a entrega do único resultado que as pessoas desejam: oportunidade e prosperidade. Para isto é preciso juízo.